

MIGRAÇÃO E POVOS INDÍGENAS: O COTIDIANO DO POVO GUAJAJARA NO CONTEXTO URBANO DE IMPERATRIZ MARANHÃO

Rafael do Carmo Silva¹
Karla Rosário Brumes²

RESUMO

Este trabalho investiga as novas territorialidades do povo Guajajara no contexto urbano da Amazônia maranhense, no estado do Maranhão, com foco na migração e suas implicações. O referencial teórico-metodológico baseia-se em estudos sobre povos indígenas, migrantes e suas adaptações em contextos urbanos. Os principais resultados destacam que a migração Guajajara para áreas urbanas foi impulsionada por diversos fatores, como a busca por oportunidades de emprego, acesso a serviços de saúde e educação. Vale ressaltar que essa migração trouxe também desafios, como a discriminação, a segregação e as dificuldades de integração nas cidades. Apesar disso, o estudo revela a resiliência do povo Guajajara ao enfrentar esses desafios, buscando manter suas práticas culturais e de identidade, ao mesmo tempo em que se adaptam às dinâmicas urbanas.

Palavras-chave: Migração, Guajajara, Amazônia, Maranhão.

RESUMEN

Este trabajo investiga las nuevas territorialidades del pueblo guajajara en el contexto urbano de la Amazonía de Maranhão, en el estado de Maranhão, centrándose en la migración y sus implicaciones. El marco teórico-metodológico se basa en estudios sobre pueblos indígenas, migrantes y sus adaptaciones en contextos urbanos. Los principales resultados resaltan que la migración guajajara hacia zonas urbanas fue impulsada por varios factores, como la búsqueda de oportunidades de empleo, el acceso a servicios de salud y educación. Cabe mencionar que esta migración también trajo desafíos, como discriminación, segregación y dificultades para integrarse a las ciudades. Pese a esto, el estudio revela la resiliencia del pueblo guajajara para enfrentar estos desafíos, buscando mantener sus prácticas e identidad culturales, al mismo tiempo que se adaptan a las dinámicas urbanas.

Palabras clave: Migración, Guajajara, Amazonía, Maranhão.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: rafael.geo18@gmail.com

² Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Campus Irati (Unicentro). É graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pós-graduanda pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: kbrumes@hotmail.com

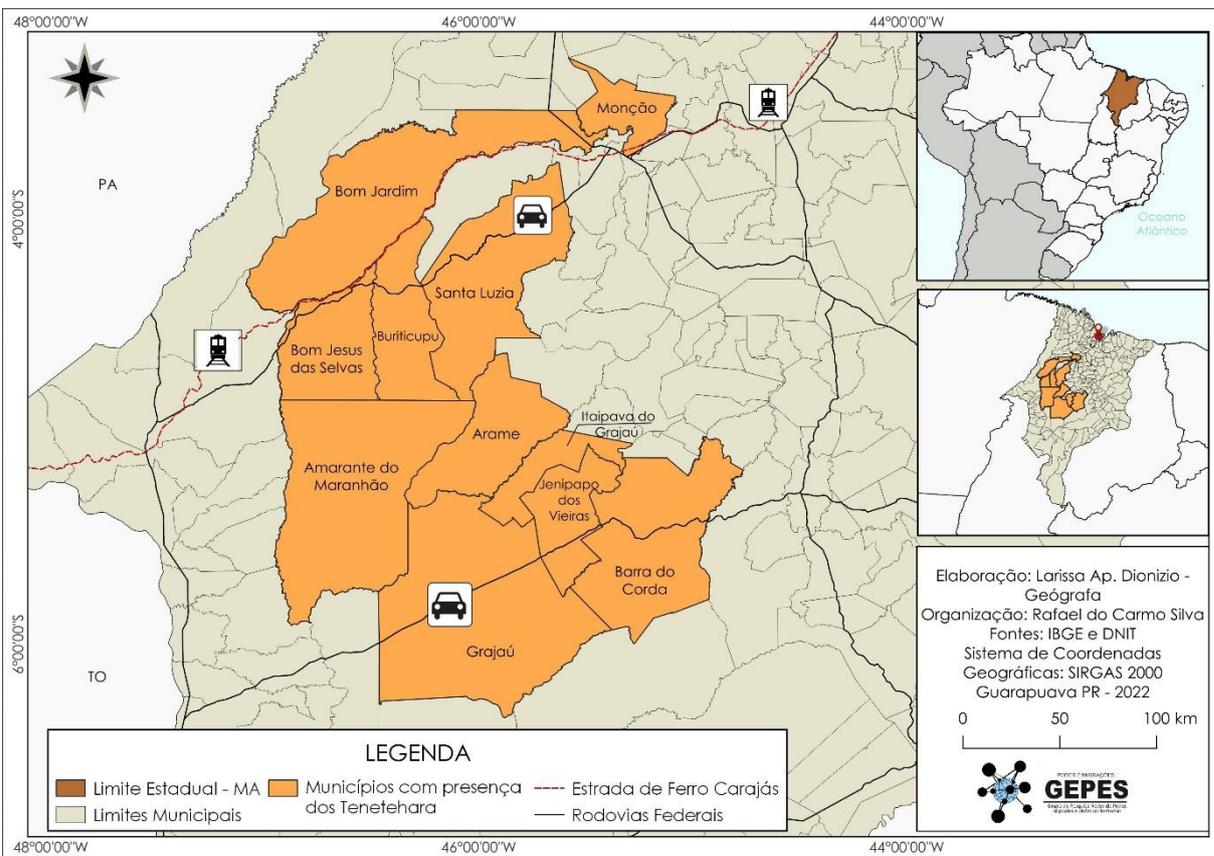


INTRODUÇÃO

Os Guajajara são um povo indígena que há séculos habitam a região que hoje compreende ao estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. Ocupando uma vasta área de floresta tropical na margem Oriental da Floresta Amazônica. Os Guajajaras enfrentaram desafios com a chegada dos colonizadores, que resultaram na expulsão de suas terras ancestrais. O massacre de Alto Alegre (1901)³ marca o fim desses conflitos entre os Guajajara e colonizadores.

Com o passar do tempo, os Guajajara buscaram se adaptar aos novos contextos urbanos nas cidades próximas às suas terras, como Amarante do Maranhão, Bom Jardim, Grajaú, Barra do Corda, Arame, Itaipava do Grajaú, Jenipapo do Vieiras, Monção, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas e Santa Luzia. Conforme o mapa 01. Ou para centros urbanos maiores como Imperatriz lócus do estudo. Mesmo estando imersos na vida urbana, os Guajajara preservam suas tradições e costumes, que são intrínsecos à sua identidade cultural.

Mapa 01: Municípios com a presença de Terra indígenas do povo Guajajara.



Fonte: o autor

³ Ocorreu em 1901, no contexto de uma missão de frades capuchinhos, a Missão do Alto Alegre que, em sua ação catequizadora, tentava impor novos valores e modos de vida aos Tenetehara. O “massacre do Alto Alegre” ficou conhecido como o maior massacre de brancos por índios na história do Brasil. (Coelho 2002, p. 01)

Este estudo se faz necessário pelo fato de que as problemáticas indígenas no Brasil, não diferente no estado do Maranhão, são diversas, considerando as especificidades de cada região ou povos. Isso se faz importante na análise e no estudo em áreas específicas para a compreensão da organização e reprodução dos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, surge a necessidade de investigar como os Guajajra têm se adaptado ao ambiente urbano, quais as principais dificuldade que se enfrentam e como a migração tem impactado em suas territorialidades. Com base nessa temática, este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo migratório do povo Guajajara para as cidades da pré-Amazônia maranhense em especial a cidade de Imperatriz-MA e suas implicações na construção de suas identidades e territorialidades

Para atingir esse objetivo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas com membro do povo Guajajara, além de pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os resultados indicam que a migração tem gerado tanto oportunidade quanto desafios para os Guajajara, e que a preservação de suas tradições culturais tem sido um elemento central na construção de suas identidades no contexto urbano. Dessa forma, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais aprofundada sobre os processos migratórios dos povos indígenas e para o desenvolvimento de políticas públicas que considerem as especificidades culturais e territoriais dos Guajajara.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório e analítico, com abordagem qualitativa por meio de entrevistas de saturação de informações. A opção por essa abordagem de pesquisa ocorreu em virtude da pesquisa qualitativa se dedicar ao universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis (MINAYO, 2003).

A abordagem qualitativa de pesquisa permite uma compreensão mais aprofundada de fenômenos sociais complexos e únicos, ao enfatizar a importância dos aspectos subjetivos da ação social. Isso é possível graças ao uso de técnicas como entrevistas e observação, que permitem a coleta de informações concretas sobre ideias, comportamentos e expressões inerentes às estruturas e tradições culturais.

Seguindo a metodologia proposta por Minayo (2003), os relatos foram analisados considerando o contexto sociocultural, de classe social, geração, sexo/gênero e raça/etnia dos entrevistados, já que cada indivíduo é influenciado pela sua época histórica e características próprias. Os participantes selecionados para este estudo foram homens e mulheres da etnia Guajajara que residem com suas famílias no município de Imperatriz, localizadas no estado do Maranhão, conforme demonstrado no quadro 1.

O estudo incluiu oito participantes indígenas maiores de 18 anos, que residiam na cidade há pelo menos dez anos e que concordaram em participar após serem informados sobre a pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado de acordo com as diretrizes da Resolução n. 466/12. E para realização das entrevistas precisamos de autorização por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/COMEP) foi aprovado e se encontram-se nos anexos.

Quadro 1. Caracterização dos sujeitos que participaram do estudo.

Participante	Idade	Gênero	Ocupação	Escolaridade/ano	Nº de filhos
E1	29	F	Estudante	16	0
E2	20	F	Estudante	12	0
E3	37	M	Artesão	04	5
E4	39	F	Do lar	-	7
E5	42	M	Autônomo	-	3
E6	28	M	Ambulante	05	1
E7	40	F	Artesã	02	2
E8	44	F	Pensionista	-	6

Fonte: Pesquisa de campo do pesquisador

É importante ressaltar a composição utilizada na análise do discurso, na qual a fala dos participantes foi organizada de acordo com os seguintes critérios: Entrevista (E1...E05); o número correspondente à ordem da entrevista (1,2,3...8); Gênero (M para masculino e F para feminino); Idade (20...44). Dessa forma, quando aparece, por exemplo: E1 F 29 anos, significa que se trata da entrevista um, de um participante feminino com vinte e nove anos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os Guajajaras, ao chegarem na cidade de Imperatriz, encontram um espaço totalmente diferente do habitual, precisam se adaptar a um novo território, porque a cidade apresenta elementos que são distantes da sua realidade, e terão que estabelecer uma nova perspectiva identitária. Dessa forma, os indígenas necessitam serem reterritorializados. O termo reterritorialização, conforme Haesbaert (1997, p. 117), “[...] significa a formação de novos territórios através de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço [...]”.

A partir de 1950, a população urbana brasileira cresceu de forma acentuada, não sendo diferente para as populações indígenas, uma vez que estão cada vez mais confrontados com as possibilidades que a cidade o pode oferecer. Essas possibilidades ocorrem de diversas formas, a exemplo de viagens para fazer compras para o sustento do dia a dia, acesso aos órgãos indigenistas, visitas a parentes que já estão estabelecidos na cidade, busca por atendimento de saúde, emprego, educação, entre outros experiências.

No entanto, percebe-se que o fenômeno da migração indígena para as cidades é relativamente recente. Grande parte da população indígena ainda vive nos seus territórios tradicionais, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte. No Nordeste, o Maranhão se destaca como o Estado com o terceiro maior número de indígenas, segundo o IBGE (2022).

Menezes (2000, p. 5) considera

[...] como tendências atuais dos movimentos migratórios no Brasil as conjunturas espaciais que passaram a configurar sintomas das mudanças recentes da política socioeconômica do país e, conseqüentemente, reverberam na estrutura territorial do país. Necessariamente, não são novos fluxos ou novas modalidades de migração, embora alguns sejam. Mas, considerados como tendência comportam evidências de outras disposições territoriais. Seja a partir de causas remetidas às grandes estruturas, seja porque revelam estratégias de segmentos sociais não dominantes.

Já para Oliveira (2006), a própria política indigenista tem contribuído com a migração para as cidades. A ideologia do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) visa a uma pressuposta integração rápida dos índios à sociedade nacional, o que favorece o estabelecimento de áreas reduzidas para os índios e a liberação das demais terras para ocupação pelos brancos.

Campos e Estanislau (2016) refletem que se depreende da trajetória descrita que as iniciativas de estudos das dinâmicas populacionais indígenas foram e permanecem indissociáveis dos contextos históricos e sociopolíticos, nos quais se insere o processo de desenvolvimento econômico implantado na Amazônia brasileira.

Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009) pontuam que os elementos básicos de determinação dos deslocamentos da população indígena para as cidades amazônicas no Século XX devem ser procurados no contexto histórico em que se deram as transformações sociais e econômicas no Brasil, especialmente a partir dos anos 1950, com consequências nas áreas rurais e indígenas da Amazônia.

A partir de 1960, modificaram-se de forma permanente as relações sociais e econômicas da região Oeste e Centro do Maranhão, como por exemplo a construção de rodovias, ferrovias e projeto agroflorestais. Essas artérias de desenvolvimento que cortam as TI tornam comum que os Guajajara se estabeleçam às margens dessas rodovias, que facilitam o deslocamento entre as cidades e aldeia.

Na segunda metade no século XX, o governo brasileiro impulsionou a execução de uma série de frentes de expansão na Amazônia Oriental. De acordo com Cordeiro (2019), as frentes pastoris ou agrícolas construíram relações diferenciadas para os povos indígenas com os quais entraram em contato.

Ainda nesse sentido, Souza (2009, p. 57) afirma que

o processo recente de ocupação da Amazônia [...] caracterizado pela atuação conjunta do capital e do estado que, agindo conjuntamente subsidiaram direta/indiretamente a ocupação da região através de projetos de natureza diversificada. Suas ações se voltaram para além da construção de rodovias, na implantação de projetos de colonização e a instauração de programas agropecuários e mineradores.

O desenvolvimento e os incentivos do Governo Federal também estimularam a exploração empresarial, a partir de projetos relacionados à geração de energia, mediante a construção de hidrelétricas. Alguns exemplos são a construção das Hidrelétricas de Estreito no Maranhão; Belo Monte e Tucuruí, no Pará; além do Projeto Grande Carajá (PGC). Os impactos desses projetos, considerando os interesses das comunidades amazônicas, tais como as de índios, camponeses e ribeirinhos, são prejudiciais às populações, conforme assinala Castro e Alonso (2006).

Tais projetos afetaram e afetam as comunidades tradicionais do Maranhão, principalmente dos povos indígenas. A expansão do agronegócio, a propagação de grileiros e 80 as lutas de terra no interior do Maranhão vêm afetando a identidade territorial do Guajajara. Assim, podem favorecer sua migração para os centros urbanos maranhenses.

Além disso, existe uma série de fatores que despertam o interesse do Estado e de empresas privadas a implantarem projetos econômicos em terras indígenas, como o valor da terra. Nessas várias situações, o que há em comum são as disputas por terras. Esses processos

de desenvolvimento provocaram, para os Guajajaras e demais povos indígenas do Maranhão, uma imensa perda populacional e territorial, dispersão de familiares e grupos.

Entretanto, mesmo diante de tantas situações de violências vivenciadas pelos Guajajara, e que constantemente são denunciadas na mídia local, nacional e internacional, o Estado brasileiro não tem criado medidas eficazes que garantam a proteção desse povo indígena. Assim, ao longo dos anos, eles têm vivenciado inúmeros processos de desterritorialização decorrentes de contatos forçados com brasileiros e com outros povos indígenas, ou por meio da execução de políticas indigenistas, uma vez que seu território é alvo de cobiça do Estado brasileiro, de empresas privadas e de grupos criminosos de madeiros e grileiros.

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI – 2019), foram mais de 48 assassinatos em 20 anos na TI Arariboia, a maior do Estado do Maranhão em extensão e densidade populacional. Com a ausência do Estado, os próprios indígenas fundaram um grupo de proteção chamado *Os guardiões da floresta*⁴ para fiscalizar o território e repelir invasores.

Para a Organizações das Nações Unidas (ONU, 2011), os principais motivos que influenciam os indígenas a deixar suas áreas ancestrais e migrar para as cidades são por fatores como invasão de suas terras, guerras, violação dos direitos humanos, ou mesmo pela busca por melhores oportunidades. Contudo, ao chegar aos novos territórios, encontram dificuldades para se assentar e passam a viver em favelas.

Paiva e Soares (2015, p. 2) corroboram essa informação:

[...] a busca do espaço urbano por um determinado grupo indígena pode ter vários motivos: a falta de terra e de incentivo para manter seu espaço no meio rural; a busca de recursos para cuidar da saúde; o estudo em escolas e universidades; maior possibilidade de vender seu artesanato; a visibilidade da situação dos povos no país, entre outras questões.

Logo, a identidade territorial dos povos indígenas vem sendo transformada, conforme já mencionado anteriormente, e o fator decisivo é a globalização, que traz diversas consequências para as populações tradicionais, especialmente as indígenas, em razão de uma exclusão social e econômica. Cada vez mais, a realidade nas Terras Indígenas (TI) denota a necessidade de uma reconfiguração do território em função dos interesses do capital (SANTOS, 2005). Nesse sentido, é imprescindível que compreender o território sob o signo da globalização.

⁴ Os Guardiões da floresta são um grupo de indígenas que atuam na proteção da Terra Indígena Arariboia no Estado do Maranhão .

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (Santos, 2000, p.79).

O êxodo migratório está cada vez mais atrelado à economia globalizada, que beneficia determinados setores da sociedade que se sentem aliviados com a saída das massas sobrantes, ou seja, aquelas que não têm valor para o capital. Assmann (1994, p. 5) destaca que essa “massa de sobrantes”, por não possuir valor econômico em si mesma, como possuía o escravo, para o mercado, é apenas uma multidão de “seres humanos descartáveis”.

De acordo com Estanislau (2014), o papel de redes de migração e circuitos de idas e vindas entre as terras indígenas e a grande cidade, a autora chama de movimento de eterna volta, foi estabelecido por esses indígenas entre os dois pontos do território.

Para Baines (2001), esse processo ocorre de formas diversas, desde o traslado de grupos familiares para bairros onde já existe um contingente grande de índios organizados politicamente, até casos de migração de indivíduos para a cidade em busca de empregos, tratamento de saúde, educação ou um novo estilo de vida.

Outro exemplo de deslocamento para as cidades pode ser identificado no estudo realizado na cidade de Manaus-AM por Bernal (2009). O autor afirma que o processo migratório aconteceu de forma diferenciada. Nos anos de 1980 e 1990 começou a surgir a Zona Franca de Manaus, que foi um fator de atração populacional, e muitos indígenas vieram para a cidade. Segundo esse autor, há três motivos: os reconhecidos, os consentidos e os não” explicitamente reconhecidos. Entre esses motivos estão:

[...] A busca de possibilidades de estudos para seus filhos; 2. A necessidade de encontrar um trabalho com o objetivo de conseguir uma melhor renda para a família; e 3. O desejo de aproveitar das facilidades que não existem no interior, ligadas particularmente às possibilidades de mobilização, ao uso do dinheiro e à aquisição de produtos elaborados para a alimentação familiar de base. [...] razões que não são explicitamente ou conscientemente reconhecidas. [...] encontram-se a facilidade para acessar a espaços lúdicos e recreativos, particularmente os jogos de azar, assim como a grande disponibilidade e facilidade para adquirir e consumir álcool e o desejo de se liberar de um rigoroso controle social próprio das pequenas comunidades isoladas e fechadas sobre si. [...] os problemas ligados à demarcação da terra (BERNAL, 2009, p. 160-188).

Percebe-se que o indígena, ao migrar, encontrará as mesmas adversidades que provocam a migração, além da dificuldade de se adaptarem ao ritmo urbano, que é diferente do ritmo da aldeia, além dos diversos códigos e complexidades. Ademais, a sociedade ainda tende a ter



preconceito quanto ao indígena, que ainda é visto como típico morador da floresta, cuja rotina e hábitos são peculiares em relação à vida nos centros urbanos, permeada por lógicas e rotinas diferentes da realidade do índio. Também, historicamente, a representação sobre as populações indígenas é que elas não evoluíram, desde a colonização até o presente momento, no contexto urbano, como descreve Saraiva (2005, p.19):

[...] uma representação de índio congelada no tempo. A ideia de que os índios mantêm uma cultura semelhante aos índios desde a época da conquista. Nesse sentido, o (re) aparecimento de índios que não falam mais a língua, não moram nas aldeias, ou seja, que não se encaixam na representação do exótico causou perplexidade.

Essa concepção de que o indígena está fadado a ficar congelado no tempo dificulta a inserção dele no meio urbano, ou o seu reconhecimento, pois muitas vezes esconde sua etnicidade. No entanto, há evidências na literatura de que a presença dos indígenas nas cidades é crescente a partir da década 1980, consolidando um quadro irreversível, ainda que eles não sejam reconhecidos ou visibilizados no âmbito urbano.

Ao se referir aos indígenas que vivem em zona urbana, Oliveira (1976) e Romano (1992) classificam-nos como índios citadinos, que seriam aqueles que estão inseridos na zona urbana de forma permanente, ou aqueles que passam alguns períodos longe das cidades.

Percebe-se que os autores mencionados trazem alguns fatores que ocasionam a saída desses indivíduos de suas áreas ancestrais. Dessa forma, em decorrência da política migratória desses povos, dados do IBGE (2010) revelam que 57,7% vivem em terras indígenas oficialmente reconhecidas. Isso inclui as pessoas residentes em terra indígenas que não se declararam como indígenas no quesito cor ou raça, mas se consideram indígenas de acordo com as suas tradições, costumes, culturas antepassadas, entre outras. Já os 42,3% restantes vivem fora de terra indígenas, conforme o quadro 2.

Quadro 2. População indígena por situação do domicílio, segundo a localização do domicílio.

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896 917	324 834	572 083
Terras indígenas	517 383	25 963	491 420
Fora de terras indígenas	379 534	298 871	80 663

Fonte: IBGE (2010).

O IBGE revela, ainda, que dentre as regiões do país, a situação é mais comum no Sudeste, onde 84% dos 99,1 mil índios estão fora de suas terras, principalmente em São Paulo (93%) e no Rio de Janeiro (97%). Outros estados, como Goiás (96%), Sergipe (94%) e Ceará (86%), também têm percentuais elevados. No Estado do Maranhão, a situação é contrária: apenas 20 % vivem em zonas urbanas. O Maranhão é o estado brasileiro que tem a maior proporção da população vivendo nas zonas rurais.

Nesse sentido, Nunes (2010, p. 2) afirma que

A grande migração do final do milênio é o êxodo rural, com o inchaço das cidades e o empobrecimento de tantas famílias que na roça tinham do que viver. Em três décadas, a população brasileira mudou de 80% no meio rural para 80% no meio urbano. Mais da metade da população indígena se encontra nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, principalmente na área da Amazônia Legal. Mas há índios vivendo em todas as regiões brasileiras, em maior ou menor número (NUNES, 2010, p. 2).

O IBGE (2010) também enfatiza que a inserção dos indígenas aos grandes centros urbanos poderia estar relacionada a dois fatores elementares: o crescimento desordenado das cidades brasileiras invadindo terras indígenas, como é o caso de São Paulo; o segundo fator está relacionado ao interesse do indígena de diferentes partes do Brasil pelo estilo de vida urbano. Por isso, ele sai de suas terras em busca de melhores condições de vida, como acesso à saúde, educação, emprego e moradia (IBGE, 2010). Mais uma vez, esses dados corroboram as razões já apresentadas para a migração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já mencionado, a migração indígena não é uma característica recente, mas tem se intensificado ao longo dos anos, especialmente devido ao processo de globalização. Essa mobilidade crescente dos povos indígenas está intrinsecamente ligada às mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorrem na escala global.

A globalização, com sua influência na economia, comunicação e acesso a informações, desempenha um papel significativo no aumento da migração indígena. À medida que as fronteiras geográficas se tornam menos escassas e as oportunidades de educação e emprego se expandem, muitos indígenas são incentivados a deixar suas terras ancestrais em busca de melhores condições de vida.

No entanto, essa migração também apresenta desafios significativos, bem como a marginalização, precocidade para com as populações indígenas que estão inseridas no tecido

urbanos. Abaixo transcrevemos parte do relato de uma entrevistada a respeito da dualidade de morar na cidade.

Eu morava lá na aldeia Novo Funil na TI Arariboia no município de Amarante [...] fazia parte da aldeia Funil Velho e se desvinculou por questão política de famílias. meus irmãos tentaram sair para estudar e eles voltaram foram muitos humilhados de todas as formas de preconceito e exclusão eles não aguentaram e era assim com todos que tentavam sair da aldeia. E meus irmãos que voltaram depositaram essa responsabilidade sobre mim. minha mãe falava você não parece indígena já meus irmãos já têm aparência indígena. Então minha mãe mandou eu ir para imperatriz pois como já falei eu não tinha uma aparência indígena e não precisava dizer que eu era indígena e assim me sobressai/esconder-se no meio dessa outra sociedade (E1 F 29 anos).

Este relato pessoal não apenas ilustra a complexidade das questões culturais e sociais enfrentadas pelas comunidades indígenas, mas também destaca a importância da identidade étnica, do preconceito, da adaptação e das dinâmicas familiares neste contexto. O preconceito não poupou esforços para os manter dentro dos limites da comunidade. Essa experiência dolorosa não era única; era compartilhada por todos aqueles que tentavam trilhar o caminho para fora da aldeia.

Os motivos que levaram essas pessoas a se estabelecerem nas cidades se manifestaram de maneiras diversas, cada trajetória apresentando suas próprias características. Esses motivos abrangem uma série de fatores, desde questões sociais e a busca por acesso à educação e saúde, até a necessidade de transporte e oportunidades de emprego.

[...] Durante 10 anos vivemos sem existência nenhuma por parte do estado, saúde educação vivemos só por nós mesmo, da época que morei lá tudo era muito precário, inclusive saímos da nossa aldeia para estudar em outra aldeia. eu vir pra cidade, porque eu preciso estudar eu preciso ir à luta, eu preciso mudar essa realidade e eu me orgulho da minha trajetória. Hoje eu faço mestrado na Universidade Federal e nós indígenas precisamos ocupar todos os espaços [...] (E1 F 29 anos).

Observa-se, aqui, a ausência do Estado para com as políticas públicas básicas, como educação e saúde, conforme relata o estudante E2 M, de 20 anos.

[...] A maioria de nós, indígenas, vem para cidade em busca de algo que não tem lá na aldeia. Se lá tivesse estudo eu não estava na cidade. E para isso que nós vimos para cidade, para ver se aprende alguma coisa (E2 M 20 anos).

Um fato notável que merece destaque é que a maioria dos indígenas que se encontram em Imperatriz são jovens. Essa tendência revela, principalmente entre os jovens, um desejo forte de buscar educação e oportunidades de mudança de vida. No entanto, essa aspiração vem acompanhada de um choque cultural, pois a vida na cidade difere significativamente daquela da aldeia. como releva a entrevistado E3 M 37:

O não indígena tem uma superioridade, e nós indígenas não tem isso e a gente estranho muito quando a gente chega nesses espaços, todos da nossa comunidade somos tratados igualmente, temos o cacique que é um pouco digamos tem um poucode sabedoria, eu digo sabedoria me referindo a saberes tradicionais, o nosso caciquee como ele fosse nosso prefeito na nossa aldeia, na aldeia ninguém quer ser melhor do que outro, nós temos muito essa questão do companheirismo de doar, se eu coloquei uma roça e se minha roça ela deu mais arroz do que a do meu parente então porque não irei partir com ele, esse questão da partilha nós tem muito isso e aqui, nacidade não tem e se você não tiver dinheiro para você comprar, você vai morrer de fome. O não indígena tem uma superioridade, e nós indígenas não tem isso e a gente estranho muito quando a gente chega nesses espaços, todos da nossa comunidade somos tratados igualmente, temos o cacique que é um pouco digamos tem um poucode sabedoria, eu digo sabedoria me referindo a saberes tradicionais, o nosso caciquee como ele fosse nosso prefeito na nossa aldeia, na aldeia ninguém quer ser melhor do que outro, nós temos muito essa questão do companheirismo de doar, se eu coloquei uma roça e se minha roça ela deu mais arroz do que a do meu parente então porque não irei partir com ele, esse questão da partilha nós tem muito isso e aqui, nacidade não tem e se você não tiver dinheiro para você comprar, você vai morrer de fome.

A vida na cidade se distancia consideravelmente desse modelo coletivo. Como assistido pelo entrevistado E3, um homem de 37 anos, a cidade muitas vezes parece carcer dessa mesma coletividade. A dependência de dinheiro é mais evidente, e a busca pela autonomia individual pode se sobrepor à colaboração comunitária. Essa transição de um ambiente comunitário para um contexto mais individualizado pode ser desafiadora e revelar uma dicotomia marcante entre a vida na cidade e na aldeia. Essas diferenças culturais e de estilo de vida são fundamentais para compreender as complexidades da adaptação dos indígenas à vida urbana e as implicações que essa transição tem em suas identidades e relações sociais.

O povo Guajajara possui o Tupi Guarani como sua língua materna. Entretanto, à medida que eles se mudam para áreas urbanas, observa-se que alguns aspectos importantes de sua cultura começam a se desvanecer, ao mesmo tempo em que surgem situações conflituosas. Um exemplo notável é a tendência de membros da família negarem sua língua materna, especialmente aqueles que nunca viveram em uma aldeia ou com medo de sofrer preconceito. Como relata a entrevistada E4 F 39

Eu falo minha língua e o português, ele não entende quando falo a minha língua não. Único que entende é o maior, os outro não entende, às vezes eles falam: fala direito! Quando eu peço alguma coisa para eles, não estou entendendo o que senhora está falando (E4 F 39 anos).

Essa situação foi relatada nos estudos de Bernal (2009), em relação aos indígenas que migraram para a cidade de Manaus.

Grande parte dos jovens entende a língua materna, mas tem medo de expressar nos espaços privados e públicos, de tal maneira que acabam utilizando apenas o português. Esse dado é devido não somente à incapacidade de se comunicar com fluidez na língua indígena nos espaços privados, como no lar familiar ou nos círculos de amizade mais próximos, mas também o preconceito contra tudo que é indígena, expresso particularmente pelo uso da língua, e que exerce uma forma de verdadeira repressão e desqualificação desse marcador étnico fundamental (BERNAL, 2009, p. 167).

A questão do domínio da língua portuguesa pelos indígenas que vivem em zonas urbanas é complexa e multifacetada. Por um lado, é necessário que essas pessoas aprendam a língua do país em que vivam para poderem se comunicar e se defender em situações cotidianas, como destacado no texto. Por outro lado, essa necessidade pode levar à perda da língua materna e, conseqüentemente, à fragilização da cultura e identidade indígena.

Diversos autores discutem esse tema, como Calvet (2002), que argumenta que o bilinguismo é uma forma de resistência linguística e cultural, mas que também pode levar à assimilação cultural e à perda da língua materna. Já Brandão (2004) destaca a importância da manutenção das línguas indígenas como forma de preservar a memória e a cultura dos povos originários

El M, 29 anos, descreve que o indígena não deixará de ser indígena porque está fora da aldeia.

Eu sempre vou na aldeia recarregar as energias e partilhar também dos rituais, eu acredito que perder a cultura e língua de fato não perde e até perde se eu quiser, porque eu conheço pessoas a exemplo primas minha mesmo que vieram também estudar que se negam a ser indígenas e não é porque aconteceu algo, eles ne negam porque não querem é algo pessoal e eles se permitiram a perde e deixar a língua e cultura, eu principalmente dou importância a minha língua e cultura em primeiro lugar e quando a gente sabe das nossas raízes das nossas lutas de onde veio lutar de fato abraçar a causa

Até agora, percebemos que o principal motivo para a migração para Imperatriz é o acesso à educação, que geralmente são jovens e na sua maioria mulheres. Já as pessoas de mais idade geralmente migram para Imperatriz em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Esses indígenas constatam, portanto, que estando na cidade e através da educação, a sua vida mudará. A educação escolar constitui-se, assim, na grande possibilidade de modificar vários aspectos de suas vidas. No caso da migração dos indígenas em Manaus, essa situação também se repete. Bernal (2009) expõe que a necessidade de estudar é a primeira razão expressa, quando se trata da migração de um núcleo familiar. No imaginário de todas as tribos amazônicas que tiveram contatos mais ou menos prolongados e intensos com a sociedade nacional, a educação das crianças é uma prioridade que determina fortemente o fluxo migratório de grupos familiares inteiros.

No entanto, é importante destacar que a busca pela educação escolar não deve ser vista como uma solução única para os problemas enfrentados pelos indígenas na cidade. É necessário que sejam implementadas políticas públicas que visem à preservação e preservação da cultura indígena, bem como à melhoria das condições de vida incluídas em áreas urbanas.

A migração entre aldeias e cidades está presente no dia a dia do povo Guajajara, e essa relação vem se transformando ao longo do tempo. Na aldeia, a principal fonte de renda é o extrativismo vegetal, como a coleta do buriti, açaí, bacaba, bacuri, mel e óleo de copaíba. Esses produtos geralmente são comercializados na cidade mais próxima à aldeia.

De acordo com Melo (2012), em sua pesquisa com o povo Baré, no Amazonas, o artesanato exerce uma função importante na composição da renda e passou a ser valorizado. Ele contribuiu para a reafirmação étnica e política dos povos indígenas, especialmente daqueles inseridos na cidade. Para a maioria dos desaldeados, ou seja, os que vivem fora da aldeia, a principal fonte de renda é o trabalho com artesanato (conforme a imagem 20) ou trabalhos temporários no comércio.

É imprescindível ressaltar que o artesanato desempenha um papel crucial como a principal fonte de renda dos indígenas desaldeados. Além disso, ele também contribui de forma significativa para o fortalecimento e a afirmação da identidade Guajajara, uma vez que esses saberes são transmitidos de geração em geração. Conforme Bernal (2009, 90 p. 238), o artesanato possui uma função de articulação entre o passado e o presente, entre o que foi recebido e o que foi criado, entre o interior e a cidade.

Vida aqui agora em Amarante é difícil, ao mesmo tempo é fácil, sabe? Eu sei trabalhar na fabricação de sexto e dar para comprar o calçado e o alimento. A mulher fica em casa fazendo as coisas (artesanato) e eu venho para a rua vender. É isso. (E6 M 28 anos).

A maioria da população indígena que reside nas cidades da Pré-Amazônia Maranhense vive em áreas periféricas, muitas vezes em condições precárias de moradia. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para a habitação dessas pessoas, considerando que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social.

É importante destacar que a relação entre indígena e não indígena na cidade nem sempre é cordial e amistosa. Vários relatos ao longo das entrevistas relacionado ao preconceito e xenofobia, esse fato afeta diretamente a vida dos indígenas desaldeados, exemplo a falta de oportunidades. O fato de ser indígena e a rejeição e o preconceito impedem qualquer chance de firmar algum trabalho formal com os seus direitos garantidos.

A dificuldade mesmo é só trabalho. Eles falam que índio não tem confiança. Não tem trabalho. Os meus irmãos trabalham como ajudante de pedreiro, sempre. Teve irmão que já terminou o estudo dele. Aí ele fez o currículo dele, mas nunca foi chamado. É preconceito. Porque índio encontra dificuldade é nesta parte mesmo. Noutras partes a gente faz artesanato. É melhor, é bom do que esperar o salário por mês. Porque quando chega um comprador aqui ele leva todas as peças (E5 M 42 anos).

Podemos observar que a grande parte dos Guajajara que migram para cidade em busca de trabalho não se estabelecem em empregos formais e acabam se inserindo no mercado informal. E muitos desses acabam vivendo em situação de rua e se inserindo com outros em locais específicos para consumo de bebidas alcoólicas. A inserção dos Guajajara no mercado informal e a consequente situação de vulnerabilidade social em que muitos deles se encontram são reflexos de um contexto mais amplo de exclusão e marginalização dos indígenas no Brasil.

Segundo Cavalcanti (2011), a falta de políticas públicas adequadas para a inclusão econômica e social das populações indígenas nas cidades brasileiras é uma das principais causas dessa situação. O autor destaca que, historicamente, a “política indigenista brasileira tem sido focada na proteção dos povos indígenas em suas terras tradicionais, deixando em segundo plano a questão da integração desses povos nas cidades”.

Uma outra dificuldade encontrada pelos indígenas e a qualificação de sua mão de obra uma vez que cheia de lacunas e incompleta. Por outro lado, tem aqueles que se sobressai, percebe-se que esse tem uma qualificação adequado, geralmente tem uma formação superior

Aí chega na cidade e sabe como a cidade é; até para gari tem que ter o segundo grau para poder varrer na rua. A maior dificuldade dos índios é porque não tem estudo. Quando chega na rua aí... pelo menos no mato você pode fazer uma roça, uma coisa, e na rua não. Vai plantar roça aonde? Vai fazer roça aonde? (E6 M 28 anos).

Denota-se que as políticas públicas direcionada aos indígenas falham, logo é preciso que estas seja aplicada de maneiras eficaz e urgente. Respeitando os limites culturais, pois os principais saberes indígenas estão ligados à percepção e à compreensão que eles têm da natureza e se manifestam no trabalho, ritos, festas, arte, medicina, alimento, até na língua, sempre há um significado cosmológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a tematica deste artigo Migração e Povos indígenas, buscou explorar o cotidiano dos Guajajara no contexto urbano da cidade de Imperatriz-MA . A partir da análise de dados coletados em campo e de fontes bibliográficas, foi possível compreender como essa populações lidam com a migração e as transformações territoriais impostas pelo processo de urbanização.

Desse modo, ao longo deste estudo, foi possível verificar que os fluxos migratórios dos Guajajara para Imperatriz têm ocorrido ao longo de décadas e estão relacionados a diversos fatores, principalmente em busca de emprego, educação e saúde. Esses itens são inexistentes

ou precários em suas aldeias, e acabam vindo para a cidade na expectativa de terem essas necessidades atendidas.

Dentre os motivos relatados, estão o fato de os filhos não terem acesso à educação, pois na maioria das aldeias não é ofertado o ensino médio, o que é um dos motivos mais relatados. São também relevantes a ausência de assistência básica à saúde e ainda a falta de infraestrutura básica nas aldeias, como transporte, e claro, a falta de renda e trabalho.

Além disso, é fundamental reconhecer a diversidade cultural dos povos indígenas e a sua relação com o espaço geográfico em que estão inseridos. A migração, muitas vezes, representa um processo de reconfiguração das dinâmicas socioespaciais dessas comunidades, podendo gerar tanto impactos positivos quanto negativos. É importante destacar que o estudo sobre fluxo migratório indígena é um fenômeno complexo e multifacetado que não pode ser compreendido de forma simplista ou generalizada. Cada comunidade possui suas próprias características culturais, históricas e territoriais, que influenciam a sua relação com o espaço e a sua forma de se relacionar com outras comunidades.

Logo, a compreensão da dinâmica dos fluxos migratórios indígenas pode contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e tolerante, que reconheça e valorize a diversidade cultural e territorialidade dos indígenas. É fundamental que a sociedade brasileira compreenda a importância dessas comunidades na formação histórica e cultural do país e se esforce para promover sua inclusão e participação efetiva na vida social e política do país.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. **Crítica à lógica da exclusão**: ensaios sobre a economia e teologia. São Paulo: Paulus, 1994.

BAINES, S. G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena**. Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15 - 17, 2001.

BERNAL, R. J. **Índios urbanos**: processo de reconfirmação das identidades étnicas indígenas em Manaus. EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BRANDÃO, CR (2004). **Os saberes e fazeres da educação escolar indígena**. Cadernos de Pesquisa, 117, 157-176.

BRASIL. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.



COELHO, E. M. B. **Kawiré imàn liderança Tentehar/Guajajara-Maranhão. Memórias Insurgentes,**

CAMPOS, M. B.; ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.33(2), p.441-449, 2016.

CALVET, L. (2002). **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CEMI. **Relatório violência contra os povos indígenas brasil 2019**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf> . Acesso em: 10 de setembro 2023.

CASTRO, E; ALONSO, S. Processo de transformação e representações do rural - urbano em Altamira. In CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: UFPA, 2006. p. 161-215.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

CORDEIRO, Z. P. **Os Awá e o mundo dos karaiw**. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão -UFMA, São Luís – MA, 2019.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características gerais dos indígenas: resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. **IBGE indígenas**: Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> . Acesso em: 23 abr. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5ª edição, São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2003.

MENEZES, M. L. P. **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 69 (45), 2000.

NUNES, E. S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades, **Espaço Ameríndio**, v. 4(1), p. 9-30, 2010.

OLIVEIRA, R. C. de. **A sociologia do Brasil indígena**. Ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1968;



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Migração e povos indígenas.**

Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/migracao-de-povos-indigenas> . Acesso em: 11 de setembro 2023.

OLIVEIRA, R.C. **Os caminhos da identidade.** Revista brasileira de Ciências Sociais – RBCS, v.15 No 42, fev. 2006. 8-21.

PAIVA, I. T. P.; SOARES, A. O cotidiano de indígenas urbanos no baixo amazonas, Amazônia brasileira. III Congresso Pan-Amazônico de História Oral, IX Encontro regional Norte de História Oral, VIII Semana de História do CESP-UEA, **Anais...** p. 1- 17, 2015.

ROMANO, J. O. **Índios Proletários em Manaus:** El caso de los Sateré-Mawé citadinos. Dísertati3n (Maestria en Antropologia). Universidad de BrasÍlia, 1982.

SOUSA, J. de M. **A cidade na regi3o e a regi3o na cidade:** a din4mica socioecon3mica de Imperatriz e suas implica33es na regi3o Tocantina. Imperatriz: 4tica, 2009.

SARAIVA, M. P. (2005). **Identidade multifacetada:** a reconstru33o do " ser indÍgena" entre os Juruna do m4dio Xingu.

SANTOS, M. **Por uma outra globaliza33o – Do pensamento 4nico 3 consci4ncia universal.** Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2000.

TEXEIRA, P.; MAINBOURG, E. M. T.; BRASIL, M. Migra33o do povo indÍgena Sateré-Mawé dois contextos urbanos distintos na Amaz3nia. **Caderno CRH**, 22:531-546. 2009.



ANEXOS

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Migração indígena do povo Teneterara nos contextos urbanos na pré Amazônia maranhense

Pesquisador: RAFAEL DO CARMO SILVA

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 4

CAAE: 59513322.8.0000.0106

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO MARANHÃO - FAPEMA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.712.624

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas das Informações Básicas do Projeto (arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1950538.pdf, gerado em 17/10/2022 na Plataforma Brasil).

INTRODUÇÃO

No Brasil atualmente a disponíveis estudos demográfico que visa a expansão da demografia indígena nas regiões brasileiras. As contagens das etnias eram até 1990, elaborado pelo Serviço de proteção aos índios SP e posteriormente pela Funai, no pau levantaram-se Dados através de laudos antropológicos ou missões religiosas, bem como através de estudos etnográfico sobre os povos específicos e do próprio IBGE. A população indígena do Brasil é de 896,9 1000, tem 305 etnias e 274 idiomas. Dentro esses números, 32,6% concentrasse na área urbana e 63,8% na área rural. Também foram identificadas 505 terras indígenas, cujo processo identificação teve a parceria da Fundação Nacional do Índio a Funai do aperfeiçoamento da cartografia. Essas terras e representam 12,5% do território brasileiro 106,7% de hectares, aonde Residiam 514,4 1000 indígenas 57,7% do total. Apenas seis terras Tinham mais de 10.000 indígenas, 107 tinha entre mil e dez mil, 291 tinha entre em 100 e mil e em 83 residiam até cem indígenas. A terra com

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

**COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA**

Continuação do Parecer: 5.712.624

1.3. Solicita-se incluir no Processo e Registro do Consentimento Livre e Esclarecido a informação de que “todos os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados pelo período mínimo de 5 anos”, para que o participante possa decidir livremente sobre sua participação e sobre o uso de seus dados no momento e no futuro (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 28, inciso IV).

RESPOSTA: O material obtido para este estudo será utilizado unicamente para essa pesquisa e será armazenado pelo período de cinco anos após o término do estudo. (Resol. 441/2011, 466/2012 e 510/2016).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1950538.pdf	17/10/2022 18:16:09		Aceito
Outros	carta_resposta_pendencias_.pdf	17/10/2022 18:15:18	RAFAEL DO CARMO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tecle_modificado_versao_limpa.pdf	27/09/2022 08:48:47	RAFAEL DO CARMO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tecle_modificado_versao_alterada.pdf	27/09/2022 08:48:18	RAFAEL DO CARMO SILVA	Aceito
Outros	carta_resposta_pendencia.pdf	22/06/2022 12:32:24	RAFAEL DO CARMO SILVA	Aceito
Projeto Detalhado	projeto_detalhado_modificado.pdf	22/06/2022	RAFAEL DO CARMO	Aceito